

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02273/2017)



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: https://stc.ce.gov.br/epv/validador.aspx?seam=Código do documento: 446dd49e140c8d4d6a-9776980b4161211

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Endereço: Rua Amapá n° 05
Bairro: Centro
Telefone: (87) 3781-1144
E-mail: secascanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Érico Gustavo Tenório Vilaça Rodrigues
CPF: 905.014.034-34
Cargo: Secretário Ação Social
E-mail: secascanhotinho@yahoo.com.br

CNPJ: 17.200.778/0001-4
CEP: 55.420-000
Fax:
Complemento:
Data início da gestão: 21/09/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Endereço: Rua Afonso Pena
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1863
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Zeneide Porto de Oliveira
CPF: 462.210.504-72
Cargo: Presidente
E-mail: zeneide.porto@hotmail.com

CNPJ: 06.035.005/0001-3
CEP: 55420-000
Fax: (087) 3781-1863
Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° Lei Municipal n° 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS da quantia de R\$ 12.118,33 (doze mil e cento e dezoito reais e trinta e três centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2015 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 12.118,33 (doze mil e cento e dezoito reais e trinta e três centavos), será pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.009,86 (hum mil e nove reais e oitenta e seis centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.009,86 (hum mil e nove reais e oitenta e seis centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.


A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei n° Lei Municipal n° 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02273/2017)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tentado disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira; e
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação da transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal ao qual se refere.

Canhotinho - PE / 12/09/2017


Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

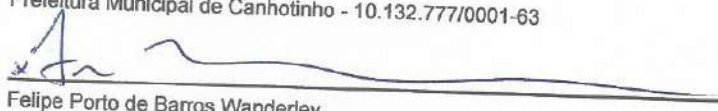
Érico Gustavo Tenório Vilaça Rodrigues


Instituto de Previdência do Município de Canhotinho

Zeneide Porto de Oliveira

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Canhotinho - 10.132.777/0001-63


Felipe Porto de Barros Wanderley

Prefeito

CPF: 073.956.324-60

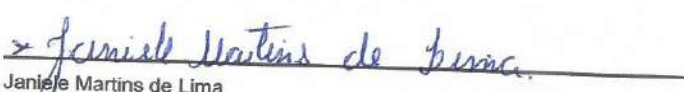
Testemunhas:


Rubens Lucas Ribeiro

Supervisor de Escola

CPF: 112.721.714-34

RG: 1298092


Janiele Martins de Lima

Diretora de Programa e Projetos Especiais

CPF: 043.094.184-65

RG: 6426917

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02273/2017)



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <http://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 446d49ea-bc8d-466a-9776-950b41611211

DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02273/2017, firmado entre o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 12/09/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- mural
- jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02273/2017	Data	12/09/2017
Valor consolidado	12.118,33	Valor da prestação inicial	1.009,86
Número prestações	12	Vencimento 1ª prestação	10/10/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Canhotinho/PE		CNPJ	10.132.777/0001-63	
Representante Legal	Felipe Porto de Barros Wanderley		CPF	073.956.324-60	
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9	Conta nº	4014-2

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho		CNPJ	06.035.005/0001-36	
Representante Legal	Zeneide Porto de Oliveira		CPF	462.210.504-72	
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9	Conta nº	14378-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

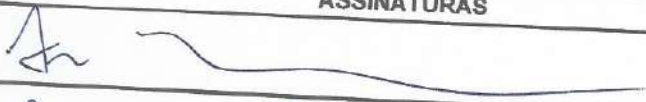
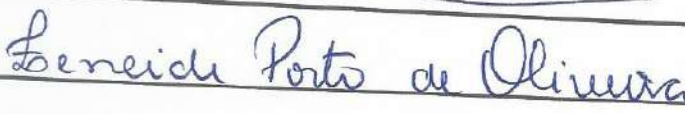
- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Canhotinho/PE - 12/09/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 446dd49a-b884-4068-9776-95041611121





EDITAL DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02273/2017)

O Prefeito do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, torna público o acordo realizado com o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho – IPREC, do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários firmado em 12/09/2017, de acordo com a Lei Municipal n° 1630/2017, de 18/08/2017, realizado com o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, no valor de R\$ 12.118,33, (doze mil, e centro e dezoito reais e trinta e três centavos), para pagamento em 12 parcelas mensais, conforme seu cadastramento no CADPREV N° 02273/2017, do Ministério da Previdência Social.

Gabinete do Prefeito, 12 de setembro de 2017

Felipe Porto de Barros Wanderley Lima

Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63 Número do acordo: 02273/2017 Data de consolidação do Termo: 12/09/2017
Ente: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE Data de assinatura do Termo: 12/09/2017
Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários - Fundo Previdenciário - FMAS Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal Quantidade de Parcelas: 12
Competência: Inicial: 01/2015 Final: 03/2017
Diferença apurada: 9.329,38 Diferença apurada atualizada: 12.118,33
Valor da parcela na data de consolidação: 1.009,86

Critérios de atualização para consolidação do débito:
Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:
Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:
Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2015	451,14	1,24	18,07	81,52	31,00	165,12	9,02	706,80
02/2015	477,34	1,22	16,65	79,48	30,00	167,05	9,55	733,42
03/2015	451,14	1,32	15,13	68,26	29,00	150,63	9,02	679,05
04/2015	0,00	0,71	14,32	0,00	28,00	0,00	0,00	0,00
05/2015	451,14	0,74	13,48	60,81	27,00	138,23	9,02	669,20
06/2015	451,14	0,79	12,59	56,80	26,00	132,06	9,02	649,02
07/2015	451,14	0,62	11,90	53,69	25,00	126,21	9,02	640,06
08/2015	311,27	0,22	11,65	36,26	24,00	83,41	6,23	437,17
09/2015	311,27	0,54	11,05	34,40	23,00	79,50	6,23	431,40
10/2015	311,27	0,82	10,15	31,59	22,00	75,43	6,23	424,52
11/2015	311,27	1,01	9,05	28,17	21,00	71,28	6,23	416,95
12/2015	311,27	0,96	8,01	24,93	20,00	67,24	6,23	409,67
13/2015	363,67		8,01	29,13	20,00	78,56	7,27	478,63
01/2016	347,80	1,27	6,66	23,16	19,00	70,48	6,96	448,40
02/2016	347,80	0,90	5,70	19,82	18,00	66,17	6,96	440,75
03/2016	0,00	0,43	5,25	0,00	17,00	0,00	0,00	0,00
04/2016	347,80	0,61	4,61	16,03	16,00	58,21	6,96	429,00
05/2016	347,80	0,78	3,80	13,22	15,00	54,15	6,96	422,13
06/2016	376,96	0,35	3,44	12,97	14,00	54,59	7,54	452,06
07/2016	347,80	0,52	2,91	10,12	13,00	46,53	6,96	411,41
08/2016	0,00	0,44	2,46	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00

24



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2016	347,80	0,08	2,37	8,24	11,00	39,16	6,96	402,16
10/2016	0,00	0,26	2,11	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00
11/2016	347,80	0,18	1,92	6,88	9,00	31,90	6,96	393,34
12/2016	347,80	0,30	1,62	5,63	8,00	28,27	6,96	388,66
13/2016	406,12		1,62	6,58	8,00	33,02	8,12	453,84
01/2017	370,28	0,38	1,24	4,59	7,00	26,24	7,41	408,52
02/2017	370,28	0,33	0,90	3,33	6,00	22,42	7,41	403,44
03/2017	370,28	0,25	0,65	2,41	5,00	18,63	7,41	398,73
TOTAL:	9.329,38		717,82		1.884,49	186,64		12.118,33

Handwritten signatures and initials in blue ink.




DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

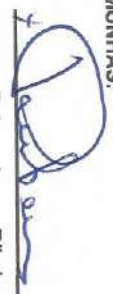
4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE - 10.132.777/0001-63
Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley
UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho - 06.035.005/0001-36
Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: __/__/__

Assinatura: 
Assinatura: *Zeneide Porto de Oliveira*

TESTEMUNHAS:


Nome: Rubens Lucas Ribeiro
Cargo: Supervisor de Escola
CPF: 112.721.714-34


Nome: Janiele Martins de Lima
Cargo: Diretora de Programa e Projetos Especiais
CPF: 043.094.184-65

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02274/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.tec.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 446d49e1-bc8d-4d66-9776-95041611211

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	CNPJ:	17.200.778/0001-47
Endereço:	Rua Amapa nº 05	GEP:	55.420-000
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefone:	(87) 3781-1114	Complemento:	
E-mail:	secascanhotinho@yahoo.com.br	Data início da gestão:	21/09/2017
Representante legal:	Érico Gustavo Tenório Vilaça Rodrigues		
CPF:	905.014.034-34		
Cargo:	Secretário Ação Social		
E-mail:	secascanhotinho@yahoo.com.br		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho	CNPJ:	06.035.005/0001-36
Endereço:	Rua Afonso Pena	CEP:	55420-000
Bairro:	Centro	Fax:	(087) 3781-1863
Telefone:	(087) 3781-1863	Complemento:	Diretora Presidente
E-mail:	prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br	Data início da gestão:	02/01/2017
Representante legal:	Zeneide Porto de Oliveira		
CPF:	462.210.504-72		
Cargo:	Presidente		
E-mail:	zeneide.porto@hotmail.com		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS da quantia de R\$ 10.612,69 (dez mil e seiscentos e doze reais e sessenta e nove centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Servidor do FMAS devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2015 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 10.612,69 (dez mil e seiscentos e doze reais e sessenta e nove centavos), será pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 884,39 (oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 884,39 (oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02274/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.


Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem como foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal a final qualificado.

Canhotinho - PE / 12/09/2017


Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Érico Gustavo Tenório Vilaça Rodrigues


Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Canhotinho - 10.132.777/0001-63



Felipe Porto de Barros Wanderley

Prefeito

CPF: 073.956.324-60

Testemunhas:

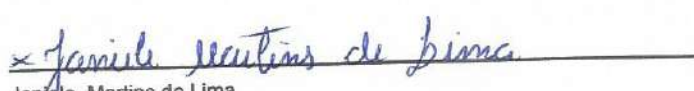


Rubens Lucas Ribeiro

supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

RG: 1298092



Janiele Martins de Lima

Diretora de Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-65

RG: 6426917



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Assinado em: https://cvc.cpe.br/epv/validar/pe/2017/09/12/0001-63/02274-2017
Código do documento: 446d49ea-084-4d6a-9776-950b41611211




DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02274/2017, firmado entre o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 12/09/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
- () jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- () Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stece.tec.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 446d49ea-bc8d-466a-9776-950b41611211

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM



Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02274/2017	Data	12/09/2017
Valor consolidado	10.612,69	Valor da prestação inicial	884,39
Número prestações	12	Vencimento 1ª prestação	10/10/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Canhotinho/PE	CNPJ	10.132.777/0001-63
Representante Legal	Felipe Porto de Barros Wanderley	CPF	073.956.324-60
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9
		Conta nº	4014-2

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho	CNPJ	06.035.005/0001-36
Representante Legal	Zeneide Porto de Oliveira	CPF	462.210.504-72
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9
		Conta nº	14378-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPP forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
 - 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
 - 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
 - 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
 - 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
 - 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
 - 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Canhotinho/PE - 12/09/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
 Acesse em: https://fcp.ce.gov.br/epi/validaDoc.seam?codigoDocumento:446d49a-b08a-466a-9776-20141611211



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02274/2017)

O Prefeito do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, torna público o acordo realizado com o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho – IPREC, do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários firmado em 12/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1630/2017, de 18/08/2017, realizado com o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, no valor de R\$ 10.612,69, (dez mil, seiscentos e doze reais e sessenta e nove centavos), para pagamento em 12 parcelas mensais, conforme seu cadastramento no CADPREV Nº 02274/2017, do Ministério da Previdência Social.

Gabinete do Prefeito, 12 de setembro de 2017

Felipe Porto de Barros Wanderley Lima

Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

NPJ: 10.132.777/0001-63 **Número do acordo:** 02274/2017 **Data de consolidação do Termo:** 12/09/2017
Ente: Prefeitura Municipal de Carhozinho / PE **Data de assinatura do Termo:** 12/09/2017
Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários - FMMAS **Data de vencimento da 1ª:** 10/10/2017
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Servidor do FMMAS
Competência: Inicial: 01/2015 Final: 03/2017 **Quantidade de Parcelas:** 12
Diferença apurada: 8.181,56 **Diferença apurada atualizada:** 10.612,69
Valor da parcela na data de consolidação: 884,39

Critérios de atualização para consolidação do débito:
Índice: IPCA **Taxa de Juros:** 1,00 am **Tipo de Juros:** Simples **Multa:** 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:
Índice: IPCA **Taxa de Juros:** 0,50 am **Tipo de Juros:** Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:
Índice: IPCA **Taxa de Juros:** 1,00 am **Tipo de Juros:** Simples **Multa:** 2,00 %

RP

EW



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	[ÍNDICE(%) VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA		
01/2015	390,06	1,24	18,07	70,48	31,00	142,77	7,80	611,11
02/2015	390,06	1,22	18,65	64,95	30,00	136,50	7,80	599,31
03/2015	390,06	1,32	15,13	59,02	29,00	130,23	7,80	587,11
04/2015	0,00	0,71	14,32	0,00	28,00	0,00	0,00	0,00
05/2015	390,06	0,74	13,48	52,58	27,00	119,51	7,80	569,95
06/2015	390,06	0,79	12,59	49,11	26,00	114,18	7,80	561,15
07/2015	390,06	0,62	11,90	46,42	25,00	109,12	7,80	553,40
08/2015	281,71	0,22	11,65	32,82	24,00	75,49	5,63	395,65
09/2015	281,71	0,54	11,05	31,13	23,00	71,95	5,63	390,42
10/2015	281,71	0,82	10,15	28,59	22,00	68,27	5,63	384,20
11/2015	281,71	1,01	9,05	25,49	21,00	64,51	5,63	377,34
12/2015	281,71	0,96	8,01	22,57	20,00	60,86	5,63	370,77
13/2015	281,71		8,01	22,57	20,00	60,86	5,63	370,77
01/2016	314,60	1,27	6,66	20,95	19,00	63,75	6,29	405,59
02/2016	314,60	0,90	5,70	17,93	18,00	59,86	6,29	398,68
03/2016	0,00	0,43	5,25	0,00	17,00	0,00	0,00	0,00
04/2016	314,60	0,61	4,61	14,50	16,00	52,66	6,29	388,05
05/2016	314,60	0,78	3,80	11,95	15,00	48,98	6,29	381,82
06/2016	314,60	0,35	3,44	10,82	14,00	45,56	6,29	377,27
07/2016	314,60	0,52	2,91	9,15	13,00	42,09	6,29	372,13
08/2016	0,00	0,44	2,46	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00

np

R

W



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2016	314,60	0,08	2,37	7,46	11,00	35,43	6,29	363,78
10/2016	0,00	0,26	2,11	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00
11/2016	314,60	0,18	1,92	6,04	9,00	28,86	6,29	355,79
12/2016	314,60	0,30	1,62	5,10	8,00	25,58	6,29	351,57
13/2016	314,60		1,62	5,10	8,00	25,58	6,29	351,57
01/2017	334,98	0,38	1,24	4,15	7,00	23,74	6,70	369,57
02/2017	334,98	0,33	0,90	3,01	6,00	20,28	6,70	364,97
03/2017	334,98	0,25	0,65	2,18	5,00	16,86	6,70	360,72
TOTAL:	8.181,56			624,07		1.643,48	163,58	10.612,69

rp

✓

R



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE - 10.132.777/0001-63

Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho - 06.035.005/0001-36

Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: __/__/__

Assinatura:

Data: __/__/__

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Rubens Lucas Ribeiro

Cargo: supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

Nome: Janiele Martins de Lima

Cargo: Diretora de Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-65

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02275/2017)**



DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Canhotinho/PE
Endereço: Rua Dr. Afonso Pena, 228
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1144
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Felipe Porto de Barros Wanderley
CPF: 073.956.324-60
Cargo: Prefeito
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br

CNPJ: 10.132.777/0001-60
CEP: 55420-000
Fax: (087) 3781-1144

Complemento: Prefeito
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Endereço: Rua Afonso Pena
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1863
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Zeneide Porto de Oliveira
CPF: 462.210.504-72
Cargo: Presidente
E-mail: zeneide.porto@hotmail.com

CNPJ: 06.035.005/0001-40
CEP: 55420-000
Fax: (087) 3781-1863

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Canhotinho da quantia de R\$ 387.730,80 (trezentos e oitenta e sete mil e setecentos e trinta reais e oitenta centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses devedidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2014 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Canhotinho confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 387.730,80 (trezentos e oitenta e sete mil e setecentos e trinta reais e oitenta centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.938,65 (hum mil e novecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.938,65 (hum mil e novecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validarDoc.seam> Código do documento: 440d4d9a-bc8d-4d6a-9706-950d41001211

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02275/2017)



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, haverá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017 por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em nova transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Canhotinho - PE / 10/09/2017

Prefeitura Municipal de Canhotinho
Felipe Porto de Barros Wanderley

Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

Testemunhas:

Rubens Lucas Ribeiro
Supervisor Escola
CPF: 112.721.714-34
RG: 1298092

Janiele Martins de Lima
Diretora de Programa e Projeto Especias
CPF: 043.094.184-65
RG: 6426917

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Assinatura: https://stc.ce.br/obpp/validar_documento: 446d49ea-bc8d-466a-9776-950b41611211

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02275/2017)



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://cfcce.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 446d49ea-bc8d-466a-9776-950b41611211

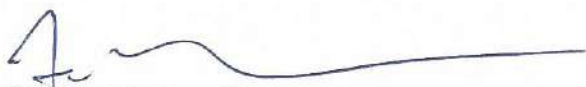
DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02275/2017, firmado entre o/a Canhotinho e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 10/09/2017, foi publicado em _____/_____/_____, no

- () mural
- () jornal _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____
- () Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, _____/_____/_____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito





AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM



Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02275/2017	Data	10/09/2017
Valor consolidado	387.730,80	Valor da prestação inicial	1.938,65
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	10/10/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Canhotinho/PE		CNPJ	10.132.777/0001-63	
Representante Legal	Felipe Porto de Barros Wanderley		CPF	073.956.324-60	
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9	Conta nº	4014-2

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho		CNPJ	06.035.005/0001-36	
Representante Legal	Zeneide Porto de Oliveira		CPF	462.210.504-72	
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9	Conta nº	14378-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPP forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Canhotinho/PE - 10/09/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 446d49e4-b08d-4f06-a976-9800416e1211



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02277/2017)

O Prefeito do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, torna público o acordo realizado com o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho – IPREC, do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários firmado em 10/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1630/2017, de 18/08/2017, realizado com o Canhotinho/PE, no valor de R\$ 320.514,74 (trezentos e vinte mil e quinhentos e quatorze reais e setenta e dois centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais, conforme seu cadastramento no CADPREV Nº 02277/2017, do Ministério da Previdência Social.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2017



Felipe Porto de Barros Wanderley Lima

Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63 Número do acordo: 02275/2017 Data de consolidação do Termo: 10/09/2017
Ente: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE Data de assinatura do Termo: 10/09/2017
Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários - Fundo Previdenciário - PM Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (200 meses) Quantidade de Parcelas: 200
Competência: Inicial: 01/2014 Final: 03/2017
Diferença apurada: 279.292,06 Diferença apurada atualizada: 387.730,80
Valor da parcela na data de consolidação: 1.938,65

Critérios de atualização para consolidação do débito:
Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:
Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:
Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Handwritten signatures and initials in blue ink.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2014	6.729,28	0,55	26,50	1.783,26	43,00	3.660,39	134,59	12.307,52
02/2014	6.084,57	0,69	25,64	1.560,08	42,00	3.210,75	121,69	10.977,09
03/2014	6.059,50	0,92	24,49	1.483,97	41,00	3.092,82	121,19	10.757,48
04/2014	0,00	0,67	23,66	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00
05/2014	6.274,91	0,46	23,10	1.449,50	39,00	3.012,52	125,50	10.862,43
06/2014	6.195,77	0,40	22,60	1.400,24	38,00	2.886,48	123,92	10.606,41
07/2014	0,00	0,01	22,59	0,00	37,00	0,00	0,00	0,00
08/2014	6.108,51	0,25	22,29	1.361,59	36,00	2.689,24	122,17	10.281,51
09/2014	6.152,99	0,57	21,59	1.328,43	35,00	2.618,50	123,06	10.222,98
10/2014	5.917,29	0,42	21,09	1.247,96	34,00	2.436,19	118,35	9.719,79
11/2014	5.306,92	0,51	20,47	1.086,33	33,00	2.109,77	106,14	8.609,16
12/2014	5.695,65	0,78	19,54	1.112,93	32,00	2.178,75	113,91	9.101,24
13/2014	14.556,54		19,54	2.844,35	32,00	5.568,28	291,13	23.260,30
01/2015	6.691,62	1,24	18,07	1.209,18	31,00	2.449,25	133,83	10.483,88
02/2015	5.505,12	1,22	16,65	916,60	30,00	1.926,52	110,10	8.458,34
03/2015	6.478,80	1,32	15,13	980,24	29,00	2.163,12	129,58	9.751,74
04/2015	6.481,30	0,71	14,32	928,12	28,00	2.074,64	129,63	9.613,69
05/2015	6.530,21	0,74	13,48	880,27	27,00	2.000,83	130,60	9.541,91
06/2015	6.701,46	0,79	12,59	843,71	26,00	1.961,74	134,03	9.640,94
07/2015	6.902,88	0,62	11,90	821,44	25,00	1.931,08	138,06	9.793,46
08/2015	6.925,43	0,22	11,65	806,81	24,00	1.855,74	138,51	9.726,49

Handwritten signature



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2015	6.925,52	0,54	11,05	765,27	23,00	1.768,98	138,51	9.598,18
10/2015	6.736,77	0,82	10,15	683,78	22,00	1.632,52	134,74	9.187,81
11/2015	6.589,83	1,01	9,05	594,48	21,00	1.504,30	131,38	8.798,99
12/2015	6.472,27	0,96	8,01	518,43	20,00	1.398,14	129,45	8.518,29
13/2015	8.036,73		8,01	643,74	20,00	1.736,09	160,73	10.577,29
01/2016	7.313,50	1,27	6,66	487,08	19,00	1.482,11	146,27	9.428,96
02/2016	7.292,80	0,90	5,70	415,69	18,00	1.387,53	145,86	9.241,88
03/2016	7.301,30	0,43	5,25	383,32	17,00	1.306,39	146,03	9.137,04
04/2016	7.339,57	0,61	4,61	338,35	16,00	1.228,47	146,79	9.053,18
05/2016	7.335,40	0,78	3,80	278,75	15,00	1.142,12	146,71	8.902,98
06/2016	7.376,53	0,35	3,44	253,75	14,00	1.068,24	147,53	8.846,05
07/2016	7.301,56	0,52	2,91	212,48	13,00	976,83	146,03	8.636,90
08/2016	7.349,56	0,44	2,46	180,80	12,00	903,64	146,99	8.580,99
09/2016	7.307,98	0,08	2,37	173,20	11,00	822,93	146,16	8.450,27
10/2016	7.151,60	0,26	2,11	150,90	10,00	730,25	143,03	8.175,78
11/2016	7.106,19	0,18	1,92	136,44	9,00	651,84	142,12	8.036,59
12/2016	7.066,54	0,30	1,62	114,48	8,00	574,48	141,33	7.896,83
13/2016	8.482,91		1,62	137,42	8,00	689,63	169,66	9.479,62
01/2017	7.351,92	0,38	1,24	91,16	7,00	521,02	147,04	8.111,14
02/2017	7.139,07	0,33	0,90	64,25	6,00	432,20	142,78	7.778,30
03/2017	7.036,76	0,25	0,65	45,74	5,00	364,13	140,74	7.577,37
TOTAL:	279.292,06			30.714,52		72.138,35	5.865,87	387.730,80



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Canhotinho / PE - 10.132.777/0001-63
Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

Data: __/__/__

Assinatura:

[Handwritten signature]

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho - 06.035.005/0001-36
Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: __/__/__

Assinatura:

Zeneide Porto de Oliveira

TESTEMUNHAS:

[Handwritten signature]
Nome: Rubens Lucas Ribeiro
Cargo: Supervisor Escola
CPF: 112.721.714-34

[Handwritten signature]
Nome: Janiele Martins de Lima
Cargo: Diretora de Programa e Projeto Especiais
CPF: 043.094.184-65